

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.538 - MS (2019/0244025-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : AQUILEA FERNANDES & CIA LTDA  
**ADVOGADO** : JEFFERSON DOUGLAS SANTANA DE MELO - MS013342  
**AGRAVADO** : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA  
INDÚSTRIA - EXODUS I  
**ADVOGADO** : FERNANDO ROSENTHAL - SP146730  
**AGRAVADO** : ZUCCHI ATACADISTA E IMPORTADORA DE FERRAGENS LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AQUILEA FERNANDES & CIA LTDA, inconformada com a decisão que inadmitiu o recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - NÃO COMPROVAÇÃO DA ALEGADA NECESSIDADE - RECURSO DESPROVIDO.*

*1. A gratuidade da Justiça é constitucionalmente assegurada aos que comprovarem insuficiência de recursos, consoante dicção do art. 5º, inciso LXXIV da Carta Magna.*

*2. O que deve ser demonstrado é a necessidade, deixando claro que esta não se refere somente aos ganhos mensais, mas sim ao prejuízo que o recolhimento destas custas acarretará, o que não ficou configurado. Ausência de provas nos autos.*

*Pleito indeferido."*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta ofensa aos arts. 5º, V e X, da Constituição Federal, 98, 99, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como à Súmula 277/STJ, afirmando isto: (I) deferimento dos benefícios da justiça gratuita, pois não possui condições de arcar com as custas processuais; (II) é devida a indenização por danos morais, uma vez que o protesto por si só caracteriza ofensa ao bom nome da ora recorrente.

É o relatório.

Inicialmente, o tribunal de origem, ao fazer o juízo de admissibilidade do recurso especial, deferiu o benefício da gratuidade judiciária, tendo em vista que a parte recorrente requereu no corpo das razões do recurso especial a concessão da justiça gratuita.

No tocante à alegada ofensa à dispositivo da Constituição Federal, observa-se que, por trata-se de matéria a ser apreciada na suprema instância, não é viável a análise de contrariedade a dispositivo constitucional, nesta via recursal, o que implicaria em usurpação de competência constitucionalmente atribuída ao Eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102).

No que se refere à alegada negativa de vigência à Súmula 277 do STJ, registre-se, que, "a análise de ofensa à Súmula é inviável porque está à margem das hipóteses de cabimento do Recurso Especial, previstas no art. 105, III, da Constituição Federal" (AgRg no Ag 1.236.658/MG, Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 2/3/2010). Esta Corte, sobre o tema, editou recentemente a Súmula n. 518, que preleciona: "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula."

Quanto à alegação que é devida a indenização por danos morais, não se pode conhecer do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional. A ausência de indicação do dispositivo considerado violado atrai, por analogia, o Enunciado Sumular n. 284 do STF. Nesse sentido, leiam-se estes precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VÍTIMA FATAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. TERMO FINAL DO PENSIONAMENTO. SÚMULA 284/STF. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL.*

*1. Segundo o entendimento majoritário da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito os juros moratórios legais fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ). Ressalva do ponto de vista pessoal da Relatora.*

*2. Aplica-se a orientação contida no enunciado n. 284 da Súmula do STF quando a tese defendida no recurso especial interposto com base nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF não vem embasada em alegação de violação a dispositivo de lei federal dito violado ou em divergência jurisprudencial.*

*3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da*

*proporcionalidade e razoabilidade.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no REsp 1432383/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 01/08/2014)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO DE CRÉDITO CUMULADO COM INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EXIGÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STF E 282/STF. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO DE LEI CONSIDERADO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. Na via especial, a configuração do prequestionamento é requisito indispensável ao conhecimento da matéria. Incidência das Súmulas 211/STJ e 282/STF.*

*2. Não se admite o reexame de provas em sede de recurso especial. Inteligência do enunciado da Súmula 7/STJ.*

*3. A falta de indicação expressa de dispositivo de lei considerado violado configura fundamentação deficiente, circunstância que atrai o óbice da Súmula 284/STF.*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 505.689/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 01/08/2014)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator